



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

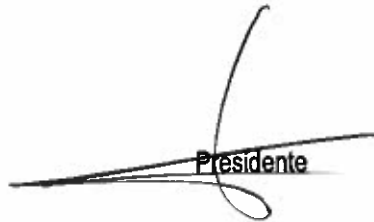
No vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Josias Higino. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro aludiu à ação do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE pedindo a anulação dos votos de 279 mil urnas eletrônicas no segundo turno das eleições e às declarações do ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Augusto Nardes, de que há um movimento muito forte na caserna e prevendo dentro de uma ou duas semanas um desenlace bastante forte na nação. Todas as falsas notícias divulgadas nas redes bolsonaristas foram desmentidas uma a uma, apontou, restando saber quando essas alegações seriam também desmentidas. O presidente eleito é reconhecido internacionalmente, todas as entidades, inclusive empresariado e imprensa, reconheceram a legitimidade do processo eleitoral e os protestos bolsonaristas somente continuam a acontecer devido à leniência e condescendência do poder público, avaliou. Por outro lado, postulou, Jair Bolsonaro tenta fazer acordos para livrar a si e à sua família das inevitáveis condenações que inevitavelmente ocorrerão após deixar a Presidência da República devido aos vários crimes cometidos, deixando seus seguidores abandonados. Não há provas de falhas das urnas eletrônicas, pelo contrário, o sistema eleitoral brasileiro é admirado em todo o mundo, atentou. O direito à livre expressão, não é absoluto, definiu, pois é limitado pela própria Constituição Federal. Em aparte, manifestou-se o vereador Matheus Cavalcante. Matheus Cavalcante afirmou que as urnas eletrônicas feitas antes de 2020 não são auditáveis, opinando que as instituições atuam para não gerar transparência no sistema eleitoral e sugerindo que somente fossem utilizadas as urnas feitas depois de 2020. Alegou que os movimentos de protesto contra o resultado das eleições presidenciais ocorrem porque as pessoas estão decepcionadas com as instituições do país, pois Lula foi condenado por nove juízes, mas suas condenações foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Disse respeitar o resultado das urnas, mas considerar válidas as manifestações porque as pessoas não querem ser governadas por um descondenado e o sentimento delas também deve ser respeitado. Os eventuais excessos devem ser investigados e aqueles que os cometeram devem ser punidos, mas não se pode deslegitimar uma manifestação democrática, ponderou. Considerou que as ações do ministro Alexandre de Moraes constituem uma forma de censura. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Pablo Farah agradeceu a Deus porque, com a chegada de Lula à Presidência da República, o governador Hélder Barbalho conseguirá dar início às obras do Parque da Cidade. Pediu à Prefeitura Municipal de Belém – PMB a reforma e revitalização do Memorial Magalhães Barata, no Bairro de São Brás, ou a cessão daquele espaço ao governo estadual para que essa recuperação fosse feita, ou que a PMB e governo do estado a fizessem conjuntamente. A área está ocupada pela marginalidade, alertou, ocorrendo ali muitos assaltos e recentemente até um assassinato, devendo ser disponibilizada novamente ao usufruto da população. Informou estar articulando uma reunião com os moradores, empresários e comerciantes do entorno buscando unir forças para recuperar aquele ponto turístico, situado à entrada da cidade de Belém, que se encontra abandonado e entregue à bandidagem. Defendeu a instalação no local de um centro de segurança da Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA, de um quiosque da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA e de um comando da Guarda Municipal de Belém – GMB. Inteirou ter protocolado uma emenda à Lei Orçamentária Anual – LOA para a PMB reformar o Memorial Magalhães Barata, pedindo aos demais vereadores que também a assinassem. Precisamos de uma cidade mais humanizada, decente, segura e inclusiva, enunciou. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro expôs que o Brasil tem três poderes constituídos – Legislativo, Executivo e Judiciário – as Forças Armadas não são poder

moderador e o relatório feito por elas sobre as urnas eletrônicas não interessa a ninguém. As Forças Armadas fazem parte da burocracia do estado e os militares da ativa são regimentalmente proibidos de emitir opinião política, aditou. Após o fim do Regime Militar instituído em 1964, historiou, o país ficou sob a tutela dos militares, os torturadores e assassinos do regime não foram punidos e estabeleceu-se um artigo na Constituição de 1988 permitindo a interpretação de que as Forças Armadas são um poder moderador. Entretanto, elas não são, asseverou, pois devem obedecer aos poderes constituídos e a tutela militar deve ser superada. Exército, Marinha e Aeronáutica devem cumprir suas funções constitucionais, são forças do estado brasileiro e devem defender nossas fronteiras e o país contra ameaças de outros países. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino chamou atenção para a falta de medicamentos básicos nas unidades municipais de saúde de Belém e para a greve dos médicos no serviço de saúde municipal. Referindo-se depois à conjuntura nacional, declarou que Lula ainda não assumiu a Presidência da República e já está destruindo a economia e o país. Por outro lado, continuou, os sindicatos estão felizes porque o imposto sindical voltará a ser cobrado. Opinou que o ministro Alexandre de Moraes dá péssimo exemplo à nação ao perseguir pessoas. Clamou para que fossem discutidos os problemas do município, como a precária situação do sistema de transporte público de nossa cidade e as previsíveis inundações que ocorrerão com a chegada do inverno amazônico. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante expressou que os manifestantes em frente aos quartéis não pedem por intervenção militar, estão externando sua indignação e raiva com os atos discricionários do TSE e do STF. Essas pessoas não querem ser governadas por um político envolvido anteriormente em um grande esquema de corrupção que quase quebrou o Brasil, acrescentou. Conjeturou que o futuro governo inchará a máquina pública para abrigar os correligionários políticos ao invés de trabalhar pelo país. Destacou depois que a Unidade Básica de Saúde Paraíso dos Pássaros - que atende as áreas do CDP, Maracangalha e Paraíso dos Pássaros - não dispõe de médicos e a principal reclamação da população em todos os bairros de Belém é a péssima situação do serviço municipal de saúde. Atribuiu a falta de médicos à redução do número desses profissionais realizada pelo prefeito Edmilson Rodrigues e pelo secretário municipal de Saúde Maurício Bezerra. Anunciou que finalmente a PMB pagara os médicos plantonistas das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs da Marambaia e do Jurunas, que estavam com três meses de salários atrasados e por isso estavam em greve. Divulgou, porém, o início neste dia de nova greve de médicos, ortopedistas e neurologistas, no HPSM Mário Pinotti e no HPSM do Guamá, que estão sem receber desde julho. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade fez notar que a eleição acabou e o resultado das urnas deve ser respeitado, os eleitos devem ser empossados e, a partir de primeiro de janeiro vindouro, devemos viver um novo momento no país, com menos ódio e rancor, com mais paz social. Somos todos irmãos, somos todos brasileiros e devemos nos respeitar, assinalou. Sugeriu a alguns parlamentares que usassem parte da verba a que tinham direito através de emendas impositivas para ajudar o Executivo Municipal a solucionar problemas que atingem as comunidades, ao invés de apenas criticar e fazer vídeos, divulgados em suas redes sociais. Advertiu constituir séria dificuldade financeira para o município de Belém a diminuição da quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS a que nossa cidade tem direito. Pela liderança do PSB, Fábio Souza chamou a atenção para o aumento do número de casos da Doença de Chagas em nossa capital, alertando para a necessidade de cuidado ao adquirir produtos como o açaí. O mal é silencioso e quando se manifesta geralmente o quadro é grave, indicou, sendo transmitido principalmente através do consumo de açaí e caldo de cana. Portanto, prosseguiu, é preciso fiscalizar e exigir do batedor de açaí as condições sanitárias ideais no exercício de sua atividade. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca do Barreiro. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando que esta Casa manifeste votos de solidariedade e apoio às famílias ribeirinhas e moradores das ilhas de Cotijuba, Paquetá, Janaci, Uruboca, Ilha Longa, Jutuba e Ilha Nova - vítimas da violência causada por piratas que estão aterrorizando essas comunidades - solicitando também o envio de um ofício ao secretário estadual de Segurança Pública, Ualame Machado, para verificar meios de coibir esses crimes. Fizeram encaminhamentos os vereadores Mauro Freitas, Matheus Cavalcante e Josias Higino. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Matheus Cavalcante, Mauro Freitas e Enfermeira Nazaré Lima. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando a realização de uma sessão especial para debater formas de evitar a redução do repasse do ICMS ao município de Belém. Fizeram encaminhamentos os vereadores Igor Andrade (com aparte do vereador Fabrício Gama), Matheus Cavalcante e Fernando Carneiro, ficando o requerimento em votação. Em seguida, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às dez horas e quarenta e oito minutos. Estavam licenciados

os vereadores Bieco, Blenda Quaresma e Lívia Duarte. Justificaram suas ausências os vereadores Renan Normando, Pastora Salete, Zeca Pirão, Amaury da APPD, Bia Caminha e José Dinelly. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante e Josias Higino, pelo bloco União Brasil – Patriota – Cidadania; Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Augusto Santos, Goleiro Vinícius e Juá Belém, pelo Republicanos; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Gleisson Silva e Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes e Mauro Freitas, pelo PSDB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo Agir; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 23 de novembro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário